



Anais da Assembléia

Nº 7

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 1.980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1.980

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Renato Bueno.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguialdo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à Família Garcia, de Santo Antônio da Platina, votos de pesar pelo recente falecimento de seu chefe.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1980.

(a) FLORIVALDO PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que o Senhor José Garcia foi um dos pioneiros em transportes coletivos na cidade de Santo Antônio da Platina e região.

Com o seu falecimento, Santo Antônio da Platina e região, perde um batalhador, homem honesto e dedicado à família, mas o seu trabalho pioneiro, trabalho esse — mesmo sem a sua ausência —, terá continuidade com os seus filhos que assumem a direção de suas atividades, dando assim continuidade ao trabalho pioneiro e honesto de José Garcia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e demais membros daquela Corte, de apelo desta Casa no sentido de que o Município de MANDIRITUBA seja indicado como sede da comarca a ser criada na região a que pertence.

A presente solicitação tem como fundamento, o fato de que Mandirituba atende plenamente os requisitos constantes do Art. 224, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Paraná.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1980.

(a) RENATO BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. HAROLD FERREIRA DIAS, DD. Secretário de Segurança Pública, JAIME LERNER, DD. Prefeito Municipal de Curitiba e Câmara Municipal de Curitiba, solicitando-lhes providências para que cessem as perturbações de ordem pública que seguidamente se verifica numa casa de danças situada na Rua Marechal Floriano — Praça do Carmo — próximo ao Quartel do Boqueirão.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Tomamos conhecimento, através de moradores do populoso bairro do Boqueirão, que, em razão do irregular funcionamento de uma “casa de danças”, situada nas proximidades da Praça do Carmo, ninguém mais tem tranquilidade naquela vizinhança.

A perturbação da ordem seria decorrente da realização de leilões e outras atividades daquela “casa de diversões”, promovidas com grande algazarra.

Segundo tivemos notícia, a Polícia já teria sido chamada a intervir, inclusive por meio de abaixo-assinados promovidos por moradores do bairro, sem que tomasse qualquer providência.

A omissão das autoridades é imperdoável, ainda mais quando o Prefeito Municipal enfatiza na apresentação de seus projetos o termo VIZINHANÇA e prega a tranquilidade global.

Desde que há especulação que as desordens seriam resultantes até mesmo do consumo de drogas, cremos que já é tempo da Secretaria de Segurança acionar as Delegacias de Jogos e Diversões, Costumes e de Entorpecentes para verificar o que realmente está acontecendo e dar um paradeiro às possíveis irregularidades.

Daí o nosso apelo às autoridades estaduais e municipais, para que tomem as providências que se fizerem necessárias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Diretor do DASP em Brasília, solicitando informações a respeito do concurso público realizado na cidade de Londrina, no ano de 1977, para preenchimento de vagas no INPS daquela cidade e região.

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência à Superintendência do INPS do Paraná.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações justifica-se, tendo em vista o grande número de pessoas que se submeteram ao concurso em tela, na cidade de Londrina, e até a presente data não foram chamados, em que pese terem sido aprovados. O representante do INPS na cidade de Londrina, em que pese

sua boa vontade, não tem tido condições de prestar as informações que os concursados necessitam e que têm direito.

Eis a razão do presente pedido. O que querem os concursados, é saber se o seu concurso ainda tem validade e se podem ter a esperança de serem chamados, e quando ocorrerá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Finanças e Secretaria de Recursos Humanos, a legítima pretensão dos Agentes Fiscais (AF-2), portadores de curso universitário, no sentido de serem promovidos a AF-2, tendo em vista ter sido este o critério prioritário da Lei 7.051, de 04 de dezembro de 1978, que reestruturou o quadro funcional da Secretaria de Finanças.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1980.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A Lei 7.051, que reestruturou o quadro funcional da Secretaria de Finanças, adotou como critérios para a reclassificação de funcionários, a escolaridade, cargos exercidos, e tempo de serviço público. Assim, os funcionários que dispunham de curso universitário, foram promovidos a Agentes Fiscais I (AF-1).

Ocorre que, após a promulgação da referida lei, diversos funcionários que foram reclassificados e atualmente são Agentes Fiscais 2 (AF-2), concluíram cursos universitários, em sua maioria advogados, e até o momento não foram promovidos.

É legítimo o direito à imediata promoção daqueles servidores públicos, não só por terem conquistado o nível universitário (numa evidente demonstração de zelo funcional e preparo pessoal), mas porque a maioria já dispõe de muitos anos de serviço, já desempenharam elevados cargos naquela Secretaria.

Como já está convocada a realização de concurso público para preenchimento de vagas a Agentes Fiscais I, a medida administrativa da promoção deve vir imediatamente, pois caso ela não ocorra, estaremos assistindo verdadeira injustiça com novos serventuários ao topo da carreira, em detrimento daqueles que, com a mesma habilitação e até com mais de trinta anos de serviço esperam promoção em posições inferiores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja encaminhado à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, solicitação no sentido de informar o porque do aumento extraordinário ocorrido com a energia elétrica, pois enquanto o aumento autorizado pelo Governo Federal, através da ELETROBRÁS foi de 58 por cento, estamos recebendo centenas de reclamações de consumidores, com provas de que no seu consumo doméstico a energia aumentou 150, 200, e até 270 por cento, gerando problemas para o já minguado orçamento familiar de quase todos os paranenses.

Por outro lado, requer-se informações específicas quanto ao CONVÊNIO FIRMADO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAQUELE MUNICÍPIO, uma vez que o mesmo foi assinado pelo mandatário daquele município à revelia da lei — aspecto que talvez não seja conhecido da Direção da COPEL, pois, dentro de sua competência, a Câmara Municipal de Toledo promoveu emendas alterando o que remetera o Prefeito Municipal, no que fosse possível, segundo entendimentos dos vereadores. Evidente que houve desrespeito às normas aprovadas pelo Legislativo toledano, o que evidencia a existência de vício, juridicamente

anulável.

Por fim, requer-se informações quanto ao cálculo da Taxa de Iluminação Pública, inclusive com explicações sobre o fato gerador da mesma, pois há informações de que a tabela aplicada em Maringá é menos onerosa ao contribuinte do que a aplicada em Toledo.

Acresce-se também, o pedido para que a COPEL informe, se na hipótese de desconhecer a alteração promovida pela Câmara Municipal de Toledo, assim mesmo ela firmaria o convênio em referência, ou buscaria sanar o vício jurídico existente.

Esperando urgentes respostas às informações solicitadas, inclusive para melhor esclarecimento do consumidor paranaense, no caso primeiro e quanto ao convênio sobre iluminação pública com o Município de Toledo, celebrado à revelia da Câmara Municipal e desrespeito à soberania do Poder Legislativo, no segundo aspecto deste requerimento.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1.980.

(a) NELTON FRIEDRICH

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dias atrás, lendo uma notícia nos jornais, verifiquei uma notícia do Ministro da Educação, Eduardo Portella, que me deixou feliz, mas ao constatar uma declaração desse mesmo ministro, no dia de ontem, senti que muita demagogia foi colocada em prática, através do seu primeiro pronunciamento.

No pronunciamento primeiro do Sr. Ministro, ele enfrentou a realidade brasileira, afirmando que: “o ensino básico foi liquidado nos últimos vinte anos, e que as Faculdades estão repletas de futuros analfabetos”. O Ministro afirmou que só em uma delas, uma particular do Rio de Janeiro, seis mil estudantes de engenharia saíram de lá aptos a derrubar prédios, pontes e viadutos. Das Faculdades de Direito, saíram advogados prontos a perder mais nobres causas. Das Faculdades de Medicina, saíram doutores dispostos a matar doentes. Das Faculdades de Letras, saíram jovens formados de canudo em punho, mas rigorosamente iletrados. Das Faculdades de Comunicações, não é bom nem falar. São fábricas de analfabetos. Enquanto isso, o “ensino básico foi liquidado”, disse o Ministro.

Há milhões de crianças em idade escolar fora da escola. É um crime contra o futuro desta Nação. Estamos assim, montando um País imaginário, um País elitista de alta classe média para cima, um País de minoria privilegiada, de doutores analfabetos, de indústrias prósperas de especuladores igualmente ricos, de banqueiros sempre gordos e de uma maioria marginalizada no processo de educação, sem qualquer perspectiva de subir na escala social.

Terminou dizendo: “Este não deve ser o País dos nossos sonhos, nem será uma grande Nação; será uma ficção”.

Palavras de um Ministro que tem a responsabilidade de comandar o ensino no Brasil, e esse mesmo Ministro foi infeliz e até leviano ao declarar: “os estudantes deveriam boicotar as anuidades, à semelhança das campanhas das donas de casa”.

Sinceramente, não posso acreditar que esta declaração partiu de um homem que tem a responsabilidade de comandar o Ministério da Educação. Acredito até que possa vir no dia de hoje ou nesse final de semana, um desmentido deste leviano pronunciamento, desta leviana declaração, porque é uma declaração irresponsável, uma pura demagogia.

Se o Ministro realmente declarou que os estudantes devem boicotar as anuidades, ele está, a exemplo de Delfin Neto, fugindo da responsabilidade, porque Delfin apoia o boicote das donas de casa. É claro, é muito simples fugir da responsabilidade, apoiar o boicote, fugir da responsabilidade de diminuir a inflação, jogando para cima dos produtores, dos açougueiros

toda a culpa e fazendo com que as donas de casa prejudiquem as suas famílias com a falta desse produto em seus lares, mas tenho certeza que, na mesa da casa, da residência do Ministro Delfin Neto, esta mesma carne é uma fartura, e não falta.

Nós estamos realmente preocupados até com a declaração do Ministro, porque o boicote das anuidades, primeiro é prejudicial ao próprio estudante, porque as matrículas serão trancadas e a reprovação será uma consequência. Segundo, porque o Ministro deve controlar, através do CIP ou do próprio Ministério da Justiça, e fiscalizar os preços das anuidades e não pedir ou exigir um boicote. Terceiro: é um prejuízo para os próprios estabelecimentos escolares que ficam sem receber, passam a demitir seus principais professores, perdem mestres, conseqüentemente, marginalizam o nível do ensino.

Quarto, o próprio Ministro, instigando um movimento gerador de uma crise no ensino, porque é claro que boicotar as anuidades é uma piada nacional.

Não acredito, sinceramente, que tenha partido do Ministro, mas os jornais estão publicando e ontem mesmo, eu li no jornal "O Estado do Paraná", em destaque, esta matéria, dando conta que o Ministro critica as taxas extorsivas, declarando, repito, para finalizar, que os estudantes deveriam boicotar as anuidades à semelhança das donas de casa.

Uma brincadeira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Esta Presidência registra com satisfação, a presença do Prefeito Pedro Garcia, da cidade de Alto Paraná, e Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença nesta tribuna, é motivada por duas prévias notas.

Uma delas, apenas a confirmação daquilo que ontem enfocamos desta tribuna, de que o Governo resolvera agir em favor do adiamento das eleições municipais, instruindo o Deputado Alberico Cordeiro, do ARENÃO de Alagoas, para que pedisse urgência para a Emenda Constitucional de autoria do Deputado Anísio Souza, do ARENÃO de Goiás, prorrogando o os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, cerca de 50 mil em todo o País.

E ontem pudemos ouvir, através do noticiário da noite, na televisão, de que efetivamente aquele Deputado atendendo a conversações que mantivera com o Ministro da Justiça, houve por bem dar entrada do pedido e, como consequência, confirma-se aquilo que o Brasil inteiro já sabia, que o Partido do Governo falava que desejava as eleições, mas foi um blefe infeliz pago pelas Oposições e mais uma vez, chegamos àquela conclusão de sempre, de que não adianta blefar.

E o blefe virá também nas eleições diretas, e vamos continuar vivendo os blefes políticos neste País, exatamente de quem não tem esta condição.

O segundo tópico, é um tópico muito curioso.

Eu fiquei a pensar, quando recebi uma denúncia, recebi uma inquirição que, honestamente, fiquei pensando se poderia respondê-la ou não, a respeito dos problemas da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná, que tem sede em Irati e abrangência, Irati, Prudentópolis, Imbituva, Teixeira Soares, Rio Azul, Rebouças, São João do Triunfo e São Mateus do Sul, total de oito municípios. Teria tido, através do ato do Sr. Secretário da Saúde, a dispensa do médico que chefiava o referido distrito sanitário.

E telefonaram-me, comunicaram-me que observasse que estava havendo um caso curioso, é que foi dispensado o médico da chefia deste distrito que teria abrangência nestes oito municípios, e em seu lugar, para comandar médicos, dirigir os destinos da saúde, fora nomeada uma enfermeira.

E dizem mais, evidentemente, vamos verificar que a enfermeira seria até esposa do Juiz da Comarca.

Não vai demérito nenhum, mas é um fato curioso. Procurei antes de vir à tribuna, verificar, e efetivamente observei, no Diário Oficial de segunda-feira, dia 25 de fevereiro de 1980, "a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, no uso de suas atribuições, resolve: Resolução 04: dispensar François Abib, RG 89.957, médico nível 27, lotado na Coordenadoria Operativa desta Secretaria, da função gratificada de Chefe do 4.º Distrito Sanitário, símbolo 3-F, com sede em Irati".

"Resolução 06: Designar Therezinha Freire Rodrigues de Souza, RG 280.643, enfermeira, nível 24, lotada na Coordenadoria Operativa desta Secretaria, para responder pela Chefia do 4.º Distrito Sanitário, símbolo 3-F, com sede em Irati".

Honestamente, acho curioso, evidentemente poderão as normas ou entendimentos do Sr. Secretário da Saúde, ser no sentido de que ele possa designar quem bem entenda de que não haja nenhuma regulamentação específica. Mas quero crer que para a direção de um distrito, e considerando que vários municípios a ele estão afetos, significa que vamos ter um fato novo na história do Paraná, especialmente na história da saúde pública. Uma enfermeira sem qualquer demérito, já disse, nada tenho a ver com a pessoa, mas uma enfermeira a partir do dia 28 está dirigindo um punhado de médicos e certamente explicando aos médicos como devem cuidar dos problemas sanitários do distrito e dos respectivos municípios.

Quando vier um problema qualquer, que vai surgir na área da saúde pública, sempre haverá a enfermeira para dar toda a orientação.

Eu dizia, não tenho nenhuma preocupação no sentido pejorativo ao enfermeiro, mas entendo que há uma inversão de valores. Aliás, a grande inversão de valores começou quando o genro foi servir para Secretário da Saúde, aí começou a inversão de valores, quando apenas por esta condição, apenas pela característica de ser genro, ele acabou merecendo uma Secretaria de Saúde.

Emtão, o povo do Paraná vai continuar pagando, até quando? Eis o ponto de interrogação.

Obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente tenho que vir à tribuna, nesta manhã de sexta-feira, e o lamento é exatamente por ser sexta-feira, onde tão somente podemos usar da palavra no Pequeno Expediente.

Uso a palavra para que fique registrado nos Anais desta Casa, de que a bancada do PMDB, que aqui tem assento, ontem foi dito por um eminente Deputado, que tenho o maior respeito, que é o Senhor Deputado João Mansur, disse que a nossa bancada desrespeitou um Deputado que usava a tribuna situationista, que iria ler um manifesto de adesão ao Partido do Governo na tarde de ontem, disse que a nossa bancada desrespeitou por não ter ficado para ouvir a confissão de alguém que estava aderindo ao Governo.

Mas, queria dizer de quantas vezes esta Casa foi desrespeitada, quantas vezes o povo do Paraná foi desrespeitado, porque matérias que eram para ser votadas por requerimentos apresentados pela bancada oposicionista desta Casa, por quantas e quantas vezes nós vimos a bancada da ex-ARENA se levantar e não dar quorum para impedir a votação.

Isto não é desrespeito? Mas quando um adesista vai assinar a ficha lá no Palácio do Governo e vem aqui fazer a sua profissão de fé, quem ontem acendendo uma vela para Deus e hoje está acendendo não sei para quem. Não somos obrigados a ouvir aquilo que não queremos.

Este foi o motivo de que a bancada do PMDB nesta Casa se retirou ontem, e não houve desrespeito algum, porque temos

a dizer que cada um é dono de sua consciência, cada um deve saber o que faz, mas há mais de 1.979 anos que fatos como este se dão. Tem uns que se vendem por mais, outros por menos.

Não entro no mérito de quem se vendeu ou não. Mas tenho a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a bancada do PMDB nesta Casa, que na última eleição de 78 correu este Paraná para dizer, para fazer a sua profissão de fé de que viria para este Parlamento para defender a bandeira do glorioso MDB, continuará a defender a bandeira do PMDB, que é o herdeiro, é o sucessor legítimo da bandeira que nos trouxe aqui nesta Casa. E nós, os dezessete que aqui restamos, continuaremos fiéis a estes princípios. Não vergaremos jamais; continuaremos a lutar, para que o arbítrio não continue nesta Nação.

Porque se enganam aqueles e se engana aquele que diz que agora houve a reforma e que tudo agora está bem. Esta é a desculpa de quem não quer entender o momento político brasileiro, onde esta reforma foi imposta pela maioria congressual dos que servem ao sistema implantado nesta Nação, através de um golpe efetuado em 31 de março de 1964.

É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu queria que ficasse registrado nesta Casa, que nós, da bancada do PMDB, somos coerentes com aquilo que pregamos e seremos sempre coerentes com aquilo que acreditamos, e continuaremos, desta tribuna, a defender os legítimos interesses do Paraná. Não é quem está deste ou daquele lado que tem mais ou menos poderes para defender o povo.

Nós, da Oposição, poderemos até nos arvorar este direito de dizer que estamos aqui tão somente para defender o povo e o glorioso povo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Na próxima semana, deveremos dar entrada a um requerimento, a um pedido de informações ao Sr. Secretário da Saúde, Dr. Oscar Alves, porque recebemos algumas informações de que de março a dezembro do ano passado, tivemos 210 demissões na Secretaria de Saúde, incluindo 42 dentistas e médicos, e só no mês de novembro, 32 pessoas foram demitidas, entre as quais, 12 médicos.

Atualmente, 1400 pessoas trabalham em regime CLT, por intermédio do fundo de saúde. Mas esse fundo de saúde está sendo extinto, e os servidores não sabem se serão demitidos ou não.

Outra grave acusação é que dentro de um programa de remanejamento foram abertas 150 vagas, metade das quais, já preenchidas sem a realização de concursos. E ninguém sabe como. A próxima semana nós indagaremos, através de um pedido de informações, ao Secretário da Saúde, que confirme estes dados, principalmente com relação ao remanejamento das 150 vagas e mais da metade já preenchida sem a realização do concurso, o que é realmente bastante grave.

E também na próxima semana, deveremos, no Grande Expediente, abordar o tema: "A cruz que o Paraná carrega: General devassa o Governo Ney Braga — Corrupção".

O nosso Grande Expediente da próxima semana.

Obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo do meu Paraná.

Ficamos, dentro da nossa humildade, intranquilos, muitas vezes pasmos, com o que vemos transcorrer no recinto desta Assembléia. Quando vemos um homem do gabarito do Sr. Secretário da Saúde ser atacado injustamente, onde fatores comecinhos, que importam exclusivamente à sua Secretaria, que

importam exclusivamente à sua administração como cargo de confiança; ser injustamente e infundadamente atacado.

Aguardamos as denúncias, fundadas ou infundadas, e haveremos de, aqui, refutá-las com fatos concretos e palpáveis, para que o povo do Paraná saiba exatamente quem está fazendo demagogia e quem está trabalhando em benefício do povo.

Ficamos também estarrecidos ao vermos um amigo nosso, da bancada do PMDB, deste bloco parlamentar, que surge com homens honrados e brilhantes, com homens como se fossem diamantes sem jaça, a atacarem um outro moço que sempre bilhou como estrela de primeira grandeza no extinto Partido do MDB. Este homem que nós, recebemos de braços abertos; este homem que não pensa em outra coisa a não ser o bem estar de sua terra e de sua gente. Este homem que teve a ombriedade e a liberdade, como tiveram mais companheiros nossos, de se definirem para uma agremiação quando a sua foi extinta.

Não podemos julgar apenas Antônio Facci, sem julgarmos os outros que também se transferiram para outros Partidos. São todos homens dignos, honrados, que sabem o que querem. Não são homens dirigidos para outros problemas a não ser os do povo do Paraná. Cada um sabe o que quer, o que faz.

Os votos de Antônio Facci vieram pelo seu mérito pessoal e não por mérito da sigla, vieram porque ele mereceu a confiança de seu Estado, do povo desta terra. No entanto, ao optar por uma outra agremiação, ele foi aos seus eleitores — esses sim, são os únicos a quem ele deve dar satisfações — aos humildes homens de mãos calosas que derramam o seu suor para beneficiar a sua terra.

Portanto, não permitimos que venham aqui, com tiradas demagógicas, criticar um homem que passou para outro partido, quando o seu estava extinto.

Antônio Facci não passou para o PDS mas optou pelo melhor. Porque, de acordo com um provérbio árabe, "Ide aos bons que serás um deles". Antônio Facci fez isso. Hoje, está ao lado dos bons, do povo.

Portanto, não vamos admitir críticas infundadas a João Mansur e a outros Deputados que receberam de braços abertos homens da categoria de Antônio Facci. Porque estamos aqui lutando ombro a ombro, pelo bem estar do Paraná, sem nos importarmos com os convênios do regime, sem nos importarmos com os homens que nada fazem e só querem ver a nossa Nação no caos; os homens que não reparam onde está a foice e o martelo; que falam na Cruz de Cristo como se fosse um objeto qualquer.

E não vamos admitir injúrias àqueles que passaram para outros partidos. Porque honramos esses colegas, mas haveremos também de exigir respeito, respeito e muito respeito para nosso povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, último orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, estive nesta tribuna para, em nome de um grupo de políticos, ler um manifesto que, redigido, representava a vontade desse grupo em fazer política dentro de uma linha programática e escolhendo um partido que desse condições a esse grupo, de desenvolver seu pensamento, seus ideais.

Na oportunidade, fomos apartados por vários Deputados desta Casa, do PDS. Um deles, o ilustre Deputado João Mansur, que disse, na oportunidade, que a ausência da bancada do PMDB era um desrespeito ao orador que estava na tribuna.

Estão aqui, nas notas taquigráficas das minhas declarações. Eu não considerei desrespeito. Absolutamente. Entendi até como justa e normal a ausência da bancada, porque, naquela oportunidade, quatro ou cinco Deputados apenas, estavam em plenário. E o mais exaltado deles que, gesticulando, fazia

questão de convidar os Deputados a saírem do plenário, o Deputado Darcy Deitos, voltou hoje à tribuna para, exaltado novamente — como é do seu temperamento —, condenar e dizer de compras e de posições novas que os Deputados que estão optando por este ou por aquele partido estão fazendo.

Há um velho ditado popular que diz: "Quem usa, cuida". E não precisa se dizer mais nada.

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no início, logo depois da Revolução de 64, quando todos os brasileiros ou a maioria dos políticos se perfilaram a ficar fazendo parte do partido do Governo, nós estivemos na Oposição.

Quando o AI-5 era um potro novo, fugaz, valente e forte, este Deputado era Vereador do MDB lutando contra as injustiças, e tendo, inclusive, o seu mandato cassado na Câmara de Vereadores de Maringá.

Depois, no entanto, que o AI-5, depois que as leis de exceção tornaram-se um pangaré velho e cansado, aí muitos outros vieram correndo abraçar-se à Oposição e dizer-se autênticos homens de Oposição que se firmam, e este mesmo Deputado, Darcy Deitos, que se retira novamente, que fui buscar em Campo Mourão para filiar-se à Oposição, que fui de Campo Mourão a Astorga, em 1974, procurando convencê-lo a filiar-se à Oposição, e só convenceu-se quando conseguimos dizer a ele que estava num campo livre, que aquela região não tinha ninguém da Oposição, e ele poderia até desmontar e virar Deputado, e está nesta Casa hoje, qual não fosse a minha surpresa, quando vejo este moço que respeito como homem, como chefe de família, respeito que ele não dá, respeito que infelizmente ele não procura transmitir nem nas suas atitudes nem nos seus atos parlamentares.

No entanto, vejo hoje fantasiado de homem de esquerda, fantasiado de homem avançado politicamente. Quando na verdade nós sabemos que sempre foi eleitor do Partido do Governo, quando este estava forte, potro novo, fugaz, que tinha mais força para punir. Nesta hora é que se fazia Oposição com coragem.

Continua a luta, e eu respeito — volto a repetir — os homens da Oposição que realmente, desde o início, estiveram perfilados, combatendo os atos de exceção neste País, e num período que foi nefasto para a vida nacional. Entendo válidas as posições daqueles que, nesta tribuna e em tantas outras, defenderam e defendem uma verdadeira liberdade.

Continuo a entender que essa gente precisa estar realmente combatendo o bom combate. Precisa realmente continuar a denunciar fatos verdadeiros. Precisa estar realmente a posicionar-se contra os erros que o Governo comete, e os comete, porque ninguém é perfeito.

No entanto, já disse ontem e repito agora. Permanecerei com a mesma assiduidade neste plenário, jamais me curvando, jamais fugindo do bom combate, jamais entendendo que um discurso inflamado possa tirar-medaqui.

A minha posição, quando filiei-me ao Partido Democrático Social foi clara, limpa e cristalina, porque na verdade o PMDB é a sigla que mais se aproxima dos ideais do MDB.

No entanto, programa que mais se aproxima do que nós pregávamos durante os últimos treze anos, é o programa do PDS, e eu desafio quem é que pode provar o contrário. Filiei-me a programas, continuo filiado a programa e trabalhando num grupo sério e que deseja realmente a volta plena da democracia no País.

Quem sabe, pegando a mão estendida do Presidente Figueiredo, que comete erros; e quem não os comete? Não posso dizer que sou imaculado, mas quem é?

Não há necessidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de prosseguir na polêmica, mas estamos às ordens para seguir. Não há porque correr, porque não cometi absolutamente nenhum crime, e não é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qualquer posicionamento deste ou daquele Deputado que vai fazer com que

eu possa mudar a minha condição, a minha forma de pensar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/79, de autoria dos Deputados Fabiano Braga Côrtes e Ailton Cordeiro, que institui no Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e Esportes, o Concurso de Fanfarras e Bandas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 138/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído na Secretaria de Cultura e Esportes, o Concurso de Fanfarras e Bandas.

Art. 2.º — Para a organização e direção do concurso previsto no artigo anterior, a Secretaria de Cultura e Esportes credenciará a União Cívica Feminina Paranaense, entidade reconhecida como de utilidade pública pela Lei 5265, de 21 de janeiro de 1966.

Art. 3.º — As despesas com a execução do concurso criado por esta lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento do Estado, que serão consignadas anualmente.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1979.

(a) AIRTON CORDEIRO e
FABIANO BRAGA CÔRTEES

JUSTIFICATIVA:

A União Cívica Feminina Paranaense, vem realizando anualmente em Curitiba, o Concurso de Fanfarras e Bandas do Estado do Paraná, promovendo o desenvolvimento das técnicas musicais através de salutar competição cívica e cultural, para melhor formação da juventude de nossa Pátria.

Podem participar do Campeonato de Fanfarras e Bandas, conjuntos de estabelecimentos de ensino ou entidades assemelhadas.

Aos ganhadores do concurso, se fará entrega dos troféus, em solenidade a ser realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no Centro Cívico, culminando com desfile no pátio da Assembléia Legislativa, de conjuntos especialmente convidados pela Comissão Organizadora.

O projeto visa dar o respaldo oficial a essa promoção de alto alcance cultural.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 138/79

PARECER:

O projeto de lei em pauta, visa oficializar o Concurso de Fanfarras e Bandas do Estado do Paraná, realizado até aqui, sob o patrocínio da União Cívica Feminina Paranaense, entidade reconhecida como de utilidade pública pela Lei 5265, de 21 de janeiro de 1966.

Embora o presente projeto disponha sobre a premiação dos conjuntos vencedores do mencionado concurso, matéria de natureza financeira que seria de iniciativa exclusivamente do Poder Executivo, verifica-se pelo exame do regulamento anexo, que essa despesa já existe, pois a Secretaria de Cultura e Esporte do Paraná contribuiu para premiação no campeonato realizado no corrente ano de 1979, como se pode ver do regulamento anexo.

Nestas condições, não havendo falhas quanto à justeza da

iniciativa, não vemos qualquer óbice de natureza legal ou constitucional que se possa opor.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1.979.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente,
João Elísio, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 173/79, de autoria dos Deputados Antônio Facci e Gabriel Manoel, que inclui no Art. 73, da Lei 7051, de 04/12/78, parágrafo com redação que especifica. (Regula matéria relacionada com o pessoal da Coordenação da Receita do Estado - CRE). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 173/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica incluído no artigo 73, da Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978, um parágrafo com a redação seguinte:

“Parágrafo único — Ocorrendo a aposentadoria do funcionário da Coordenadoria da Receita do Estado - CRE, quando afastado do cargo efetivo para exercer mandato eletivo federal ou estadual, seus proventos serão calculados com os benefícios de que trata o Inciso I, deste artigo, devendo o prêmio de produtividade corresponder ao valor do limite estabelecido pelo Art. 95, desta Lei”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

(aa) ANTÔNIO FACCI e
GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A lei 7051, de 04 de dezembro de 1978, que estrutura e organiza a Coordenação da Receita do Estado - CRE, regulando matéria relacionada com o pessoal, em seu art. 44, § 2.º, prevê que “durante o afastamento o funcionário perderá o direito à percepção da vantagem de exercício que compreende: o prêmio de produtividade e gratificação de 2/3 (dois terços) do quantum do vencimento de que tratam, respectivamente, os artigos 91 e 92, desta Lei.

A regra disciplinadora do afastamento, com prejuízo da percepção das gratificações, dirige-se em especial aos funcionários cedidos a outros órgãos, com direito aos vencimentos.

Nos casos de exercer mandato federal ou estadual, o funcionário fica afastado do cargo, sem vencimentos, contando-se-lhe o tempo de afastamento para todos os efeitos legais, na forma do que dispõe a Constituição Estadual.

Todavia, ocorrendo a sua aposentadoria, enquanto afastado, para exercício de mandato eletivo, o funcionário regido pela Lei 7051/78, não pode ter seus proventos acrescidos das vantagens financeiras, que não específicas para os titulares de cargos lotados na CRE.

Em vista disso, e considerando a conveniência de se instituir um dispositivo que atenda à situação dos detentores de mandatos eletivos, lotados na CRE, que venham a se aposentar, propomos o presente plano de lei, esperando contar com o apoio dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 173/79

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados Antônio Facci e Gabriel Manoel, o presente projeto de lei, tem por finalidade incluir no Art. 73, da Lei 7051, de 04 de dezembro de 1978, um parágrafo com redação que especifica.

O projeto em pauta não fere qualquer dispositivo legal, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente;
Augusto Carneiro, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 173/79

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados Antônio Facci e Gabriel Manoel, tem o presente projeto a finalidade de incluir no Art. 73, da Lei 7051, de 04 de dezembro de 1978, um parágrafo com redação que especifica.

Sobre a matéria, houve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que o presente projeto acha-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1979.

(aa) Aguinaldo Pereira Lima, Presidente;
David Cheriegate, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Garcia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que o Município de Mandirituba seja indicado como sede Comarca a ser criada na região. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo providências para que cessem as perturbações de ordem pública que seguidamente se verifica numa Casa de Danças, situada na Rua Marechal Floriano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DASP em Brasília, consubstanciado em pedido de informações a respeito do concurso público realizado em Londrina, no ano de 1977, para preenchimento de vagas no INPS — Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja enviada aos Srs. Secretários das Finanças e Secretário de Recursos Humanos, a legítima pretensão dos Agentes Fiscais (AF-1), portadores de curso universitário, no sentido de serem promovidos a AF-2. **Aprovado.** — Ao Departamento legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à COPEL, em forma de pedido de informações quanto ao atual preço cobrado pela energia elétrica consumida, bem como quanto à taxa de iluminação pública. — Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, sobre a localização e pormenorização das 1986 salas de aula anunciadas como tendo sido construídas neste último ano. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Requeiro verificação de votação,

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, quei-

ram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, quei-ram levantar-se (Pausa).

6 Srs. Deputados aprovam;

5 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 10. à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 138 e 173/79.

Levanta-se a sessão.